



MULHERES EXTRATIVISTAS DO MARAJÓ DAS FLORESTAS: TRADIÇÃO, DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

CLARICE SOUZA BRUNO; ELIANE MIRANDA COSTA.

RESUMO

Este estudo trata de mulheres extrativistas no arquipélago do Marajó, estado do Pará, com destaque para as mulheres de comunidades ribeirinhas da área de floresta, especialmente do rio Mapuá, município de Breves. Tem-se por finalidade compreender a relação dessas mulheres com o extrativismo, a partir dos seguintes questionamentos: em que medida o extrativismo praticado pelas ribeirinhas no Marajó das florestas pode ser interpretado como forma de resistência e preservação das tradições socioculturais? Que desafios essas mulheres enfrentam enquanto extrativistas para manter sua existência na floresta? O extrativismo é a única opção para trabalhar e garantir a permanência no território marajoara? Esta é uma investigação de natureza qualitativa, desenvolvida por meio da revisão bibliográfica e da coleta de narrativas orais com mulheres do rio Mapuá, através de entrevistas semiestruturadas à luz da metodologia da História Oral. A análise qualitativa das fontes selecionadas permitiu verificar que o extrativismo praticado pelas mulheres marajoaras na área de floresta é multifacetado. Isso significa que abarca saberes ancestrais e funciona como estratégia de resistência frente às pressões econômicas e sociais, e, simultaneamente, reflete a escassez de opções econômicas na região. Daí dizer que a relação das mulheres ribeirinhas com o extrativismo não pode ser compreendida de forma homogênea ou reduzida a questão econômica. Ao contrário, faz-se necessário entender como um processo complexo que entrelaça tradição, resistência e limitações para construir uma carreira profissional para além do trabalho com o extrativismo. O estudo aponta para a urgência de políticas públicas intersetoriais que considerem essa complexidade e fortaleçam as formas de organização e autonomia das mulheres ribeirinhas em seus territórios

Palavras-chave: Oportunidade; Territorialidade; Amazônidas.

1 INTRODUÇÃO

O extrativismo, enquanto prática ancestral de subsistência e vínculo com o meio ambiente, constitui uma importante expressão das relações entre comunidades tradicionais e os ecossistemas que habitam. No arquipélago do Marajó, no estado do Pará, essa atividade assume um papel central na dinâmica econômica e sociocultural das populações ribeirinhas, especialmente no que se refere à atuação das mulheres.

O Marajó, é uma região de riquíssima biodiversidade e cultura, mas enfrenta sérios desafios socioeconômicos. Com uma população estimada em cerca de 630.441 mil habitantes, distribuídos em 17 municípios, a região apresenta altos índices de vulnerabilidade social, com a maioria dos municípios apresentando baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 - População (2024), Área Territorial km² (2022) e IDHM (2010).

Estado/Municípios	População Estimada Total, ano base 2024	Área Territorial km², ano base 2022	IDHM, ano base 2010
Afui	40.246	8.335,44	0,459
Anajás	30.003	6.913,640	0,484
Dogre	31.633	0.397,32	0,471
Breves	115.051	9.566,57	0,503
Cachoeira do Arari	25.243	3.100,26	0,546
Claras	21.487	12.535,00	0,453
Curralinho	36.451	3.017,252	0,502
Guarupá	33.922	8.570,29	0,506
Melgaço	29.846	6.774,065	0,418
Miana	48.955	3.763,34	0,547
Ponta de Pedras	25.767	3.363,75	0,562
Portel	66.898	25.384,96	0,453
Queima do Pará	36.377	3.852,291	0,507
Silveira	25.441	918,56	0,608
Santa Cruz do Arari	7.854	1.076,65	0,557
São Sebastião da Boa Vista	27.441	1.632,25	0,558
Somre	25.218	2.857,35	0,615
RT Marajó	630.441	106.661,99	0,518352041

Fonte: IBGE (elaborado pelos autores).

Observa-se que a maioria da população do arquipélago do Marajó reside em áreas rurais, o que influencia diretamente a configuração do extrativismo feminino e seus impactos sociais e econômicos. Trata-se de uma região marcada pelo isolamento geográfico e por um histórico de negligência estatal, fatores que contribuem para a precarização das atividades produtivas e para a subalternização do trabalho realizado por mulheres extrativistas. Nesse contexto, torna-se pertinente questionar: o extrativismo é, de fato, reconhecido por essas mulheres como uma forma legítima de trabalho? Como os grupos sociais ao seu redor percebem e valorizam essa atividade? Trata-se de um projeto de vida almejado, vinculado a sonhos e expectativas, ou representa uma alternativa compulsória diante da ausência de políticas públicas que garantam acesso à educação formal, qualificação profissional e inserção em outros mercados de trabalho?

As populações extrativistas vivem em condições de subdesenvolvimento, cujo esforço de trabalho é direcionado à subsistência do grupo familiar e satisfação de algumas necessidades básicas.

O extrativismo, embora amplamente difundido na região amazônica, constitui-se em uma base de desenvolvimento frágil que se justifica mais pelo nível de pobreza das comunidades envolvidas e cuja prática tradicional tende a se extinguir à medida que a economia de mercado for sendo introduzida no processo produtivo (Souza, 2010).

A pesquisa revelou, que predominantemente, estas trabalhadoras apresentam baixo grau de instrução, embora algumas almejem melhores condições de ensino, e manifestem interesses por cursos profissionalizantes, o que revela as disparidades sociais e suas mazelas, haja vista, que, fica evidente que a falta de recursos, atrelado a carência de oportunidades estudantis relegam estas mulheres a seguirem a profissão do extrativismo mais por uma imposição social.

Contudo, surge a indagação: essa atividade é, de fato, reconhecida como trabalho? Os dados apontam que, em alguns casos, as próprias mulheres não identificam o extrativismo como uma ocupação laboral legítima. A ideia de "trabalho" ainda está fortemente associada à remuneração direta e, muitas vezes, vinculada às atividades tradicionalmente desempenhadas por homens. Isso revela um cenário de invisibilidade do trabalho feminino, marcado pela divisão sexual das tarefas, que naturaliza a atribuição das funções de cuidado, da manutenção do lar e da realização de atividades consideradas "leves" às mulheres.

Silva e Figueiredo (2010, p. 7) afirmam que “a atividade extrativista realizada pelas mulheres, muitas vezes, não é socialmente reconhecida como trabalho produtivo, sendo vista apenas como uma extensão das tarefas domésticas ou como uma ajuda ao sustento familiar.”

Tal percepção reforça a marginalização do trabalho feminino no campo extrativista e a urgência de uma reconfiguração dos marcos que definem e valorizam o trabalho no contexto das comunidades tradicionais.

Os dados apontam que essas mulheres são beneficiadas por programas federais. Segundo Araújo, *et al.* (2023), “Tratando-se de apoio financeiro às famílias de baixa renda, os grupos familiares nessas condições socioeconômicas participam do Programa Bolsa Família do governo federal, recebendo renda mensal para suprir suas necessidades básicas”. No entanto, não é suficiente para arcar com custos de vida.

Cabe destacar que a prática do extrativismo se configura como uma herança cultural transmitida intergeracionalmente, refletindo os modos de vida tradicionais das comunidades que dela dependem. No entanto, ao longo do tempo, essa herança tem sido progressivamente obscurecida pelas transformações socioeconômicas e pelas mudanças nas percepções sociais sobre o trabalho extrativista. Isso tem implicações diretas não apenas sobre os caminhos tomados pela prática, mas, sobretudo, sobre a forma como ela é reconhecida, muitas vezes desvalorizada, especialmente quando exercida por mulheres.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender como o extrativismo praticado por mulheres ribeirinhas no arquipélago do Marajó é vivenciado, percebido e ressignificado por elas, considerando os aspectos socioculturais, econômicos e identitários que atravessam essa prática.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo insere-se no campo da pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, voltado à compreensão da complexidade que envolve a inserção das mulheres extrativistas no arquipélago do Marajó. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela sua capacidade de captar os significados atribuídos pelas participantes às suas práticas culturais, modos de vida e experiências subjetivas, aspectos essenciais para a análise das dinâmicas sociais que estruturam o trabalho extrativista feminino em contextos amazônicos.

A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico sistemático, utilizando como fontes bases acadêmicas reconhecidas, como Google Acadêmico e SciELO Brasil. Os critérios de seleção adotados privilegiaram publicações científicas que tratam de temas relacionados ao extrativismo, gênero, trabalho, comunidades tradicionais e políticas públicas na Amazônia, compondo um corpus teórico que dialoga com os objetivos da investigação. A análise do material coletado foi conduzida por meio de leitura crítica e interpretativa dos textos selecionados, articulando os dados extraídos das fontes com os referenciais teóricos adotados, de modo a evidenciar os sentidos, desafios e contradições que envolvem o trabalho das mulheres extrativistas. Todo o processo seguiu os princípios da pesquisa acadêmica rigorosa, visando garantir a reprodutibilidade, a coerência metodológica e a consistência analítica dos resultados produzidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa revelou que a maioria das mulheres extrativistas do arquipélago do Marajó reside em áreas rurais e apresentam baixos níveis de escolaridade. Apesar disso, muitas manifestam o desejo de acessar oportunidades educacionais e cursos profissionalizantes, evidenciando um tensionamento entre a manutenção de práticas tradicionais e a aspiração por mobilidade social. Essa realidade reflete a persistente desigualdade no acesso a direitos básicos e evidencia a

influência da exclusão estrutural sobre os caminhos ocupacionais dessas mulheres, o que evidencia, que essa escolha por diversas mulheres não é genuína, mas a única opção.

Verificou-se que a atuação no extrativismo não é, em muitos casos, percebida pelas próprias trabalhadoras como um trabalho legítimo, sobretudo por não estar diretamente associado à remuneração formal. A noção de trabalho ainda é profundamente marcada por uma lógica produtivista, na qual apenas atividades monetizadas, predominantemente masculinas, são reconhecidas.

Além disso, observou-se que essas mulheres são, em sua maioria, beneficiárias de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, recurso que, embora fundamental, é insuficiente para garantir segurança financeira. Esse fator reafirma a dependência econômica do extrativismo, que, apesar de sua importância cultural e ecológica, permanece fragilizado frente à lógica do mercado e à ausência de políticas públicas estruturantes.

A análise sugere que o extrativismo feminino no Marajó deve ser compreendido como uma prática multifacetada: ao mesmo tempo em que representa uma herança cultural e uma estratégia de resistência frente à precarização social, também revela os efeitos da falta de alternativas econômicas e educacionais. Portanto, é imperativo reconhecer o extrativismo como trabalho e como expressão legítima de modos de vida, superando a marginalização histórica que recai sobre as mulheres amazônidas. Tal reconhecimento deve orientar políticas públicas que articulem valorização cultural, promoção da igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável territorial, para que estas possam usufruir de seus direitos.

4 CONCLUSÃO

Com base nos objetivos propostos, a pesquisa alcançou resultados significativos ao evidenciar que a inserção das mulheres extrativistas no arquipélago do Marajó resulta da convergência entre resistência cultural e ausência de alternativas socioeconômicas. As análises revelam um cenário de múltiplas privações: exclusão educacional, falta de políticas públicas, invisibilidade do trabalho feminino e negação de direitos fundamentais. São mulheres que, diante de um Estado ausente, veem seus sonhos profissionais interrompidos e suas trajetórias limitadas ao extrativismo. Ainda que essa atividade possua valor identitário, ecológico e ancestral, não deve ser imposta como única opção de vida. O principal avanço deste estudo está no reconhecimento da complexidade do extrativismo feminino, que não pode ser reduzido a categorias econômicas ou culturais isoladas. Trata-se de uma prática ambígua, que simultaneamente sustenta, preserva e denuncia. Como limitação, destaca-se a ausência de coleta de dados primários com as próprias extrativistas, o que poderá ser superado em investigações futuras com entrevistas e trabalho de campo. A continuidade deste estudo poderá contribuir para a formulação de políticas públicas intersetoriais que promovam justiça social, equidade de gênero e garantia de alternativas reais de escolha para essas mulheres.

REFERÊNCIAS

LIMA, Bianca Ferreira; MOTA, Dalva Maria da. Percepção de mulheres extrativistas sobre o trabalho na ilha de Marajó-Pará. **Ideias**. Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 89–110, 2016. DOI: 10.20396/ideias.v7i1.8649512. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649512>. Acesso em: 13 maio, 2025.

MOTA, Dalva Maria da, et al. O extrativismo de mangaba é “trabalho de mulher”? : duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 2, p. 155-168, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/276/423>>. Acesso em: 13 maio 2025.

ROCHA, LCF; ALVES, RJM; PONTES, AN; SILVA, ASB; COSTA, M. do SS; CAMPOS, PS da S.; MEDEIROS, LR; BOTELHO, MGL; FURTADO, LG Situação socioeconômica e bem-estar de mulheres extrativistas na Ilha de Marajó, Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.] , v. 7, pág. e942975203, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.5203. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5203>. Acesso em: 13 maio. 2025.